

Verde 08 Energia
S.A.
(Em fase pré-operacional)

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da
Verde 8 Energia S.A. São Paulo - SP
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Verde 8 Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Verde 8 Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



- **Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado**

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui R\$ 168.897 referente a ativo imobilizado apresentado nas demonstrações contábeis. Conforme mencionado nas notas explicativas 3.5 e 6, a Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos. Para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, baseado em determinadas premissas.

Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil e ao impacto que eventual alteração nas premissas poderia trazer para as demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos controles internos relacionados à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Analisamos a avaliação da administração da Companhia quanto à existência de indicadores de redução ao valor recuperável (ou de sua reversão) em relação aos seus ativos, por meio de análises da conjuntura econômica e do desempenho os ativos no exercício e reuniões com as diretorias operacionais da Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia, especialmente as relativas a taxa de desconto, volume e preço de venda de energia projetado, inflação, aumento de custos e taxas, continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos. Além disso, realizamos discussões com a administração, avaliando, também se as premissas foram definidas e aplicadas de acordo com as características do negócio. Avaliamos a análise de sensibilidade do impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis e razoáveis mudanças nas premissas-chave de preço e projeções de custo operacional usadas pela Companhia.

Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação às premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo imobilizado.

Baseado nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que os saldos do ativo imobilizado são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a diretoria da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também à diretoria da Companhia declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a diretoria da Companhia, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Verde 08 Energia S.A.

Balanço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante		21.420	22.293
Caixa e equivalentes de caixa	5	20.488	21.449
Tributos e contribuições sociais a compensar		537	107
Despesas pagas antecipadamente		395	737
Não circulante		168.957	23.437
Depósitos judiciais		-	279
Imobilizado	6	168.897	23.128
Intangível	6	60	30
Total do ativo		190.377	45.730

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Passivo circulante		112.765	33.082
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7	103.123	31.255
Fornecedores		8.693	1.229
Salários e férias a pagar		149	59
Tributos e contribuições sociais a recolher	8	515	399
Credores diversos		285	140
Não circulante		-	12.659
Adiantamento para futuro aumento de capital - Partes relacionadas	9	-	12.659
Patrimônio líquido		77.612	(11)
Capital social	10	77.660	1
Prejuízos Acumulados		(48)	(12)
Total do passivo e patrimônio líquido		190.377	45.730

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
(Despesas) operacionais		
Administrativas e gerais	(36)	-
Prejuízo do exercício	(36)	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo do exercício	<u>(36)</u>	<u>-</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(36)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1	(12)	(11)
Prejuízo do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1	(12)	(11)
Aumento de capital	77.659	-	77.659
Prejuízo do exercício	-	(36)	(36)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	77.660	(48)	77.612

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(36)	-
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Encargos de dívidas		6.259	1.495
		6.223	1.495
(Aumento) redução no ativo			
Tributos e contribuições sociais a compensar		(430)	(85)
Despesas pagas antecipadamente		342	(737)
Depósitos judiciais		(11)	(279)
		(99)	394
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		(110)	(291)
Salários e férias a pagar		90	(95)
Tributos e contribuições sociais a recolher		116	259
Credores diversos		145	136
		241	9
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		6.365	403
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no imobilizado	6	(137.905)	(14.017)
Adições no intangível	6	(30)	(17)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(137.935)	(14.034)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital		65.000	5.076
Empréstimos, financiamentos e debêntures tomados	7	100.000	30.000
Amortização do principal e juros de empréstimos e financiamentos		(34.391)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		130.609	35.076
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa		(961)	21.445
Demonstração da (redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício		21.449	4
Saldo no final do exercício		20.488	21.449
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa		(961)	21.445

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Verde 08 Energia S.A. (“PCH - Verde 08” ou “Companhia”) constituída em 05 de dezembro de 2013 e tem como propósito implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica - PCH Verde 08, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizado no Rio Verde, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de Santa Helena de Goiás, Acreúna e Tuverlândia, no estado de Goiás.

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 16º andar, Vila Olímpia, cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

Por meio da Resolução Autorizativa nº 3.702, de 09 de outubro de 2012, a ANEEL autorizou a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), a implantar e explorar a PCH Verde 08, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, por um prazo de 30 anos. A referida PCH contará com duas unidades geradoras com potência instalada de 14.250 kW, cada, totalizando 27.780 kW de potência líquida, e uma Subestação de capacidade total de 30.000/35.000 kVA, 13,8 kV/138 kV, interligando-se ao sistema por meio de uma Linha de Transmissão em 138 kV, com 22 km de extensão, em um circuito simples até o ponto de conexão na Subestação Santa Helena.

Em 25 de junho de 2014, a Companhia solicitou à ANEEL a alteração do cronograma de implantação da PCH Verde 08, que prevê as etapas de construção, implantação e entrada em operação comercial, que está em fase de análise e deliberação da ANEEL. Em função do deslocamento de cronograma da conclusão das obras, a Companhia estima que a entrada em operação se dará no primeiro semestre de 2018.

Por meio da Resolução Autorizativa nº 4.684, de 03 de junho de 2014, a ANEEL transferiu a titularidade da PCH Verde 08, passando da Alupar para a Verde 08 Energia S.A. e alterou parte do cronograma de implantação.

Em 20 de julho de 2016, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 5.953, de 19 de julho de 2016, alterando o cronograma de implantação da PCH Verde 08 e prorrogando em 600 dias o prazo de vigência da outorga de autorização da PCH Verde 08, estabelecido no Art. 5º da Resolução Autorizativa nº 3.702, de 09 de outubro de 2012.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2017 capital circulante negativo no montante de R\$ 91.345, devido ao seu estágio pré-operacional e cronograma de desembolso financeiro com seus fornecedores e prestadores de serviços visando a conclusão da implantação do empreendimento. Por essa razão, durante esse período, a Companhia necessitou de aportes financeiros da acionista Alupar Investimentos S.A. e de recursos de terceiros.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 07 de março de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

3.1.2 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos outros financeiros
Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.3 Instrumentos financeiros derivativos
Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016, incluindo operações de hedge.

3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.3 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado. Posteriormente são mantidos ao custo amortizado.

Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.4 Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5 Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção mais juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC).

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.6 Intangível

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização.

3.7 Tributação

3.7.1 Imposto de renda e contribuição social - correntes

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CS) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual.

4 Pronunciamentos técnicos revisados

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas ou pronunciamentos serão efetivos para exercícios após a data destas demonstrações contábeis, sendo que a Companhia não as adotou na preparação destas demonstrações contábeis e não planejam adotá-los de forma antecipada.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	Refere-se à convergência do IASB sobre reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se ao projeto de substituição do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil	Refere-se a contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia avaliou a aplicação dos pronunciamentos técnicos CPC 47, 48 e 06 (R2) e concluiu que não há impactos sobre os saldos reportados anteriormente.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
<u>Caixa e equivalentes de caixa:</u>		
Fundo fixo	3	2
Aplicações financeiras	20.485	21.447
	20.488	21.449

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência e foram remuneradas, em média, de 90% a 100,7% do CDI em 31 de dezembro de 2017, comparado de 75% a 100,8% do CDI em 31 de dezembro de 2016.

6 Imobilizado e intangível

O saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 representa substancialmente investimentos em materiais, equipamentos e serviços, destinados a construção e implantação da PCH Verde 08. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica. Os mesmos estão constituídos da seguinte forma:

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Saldo em 31/12/2016	Adições	Saldo em 31/12/2017
Imobilizado em curso					
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	146	146	13.229	13.375
Máquinas e Equipamentos	-	3	3	14.887	14.890
Móveis e utensílios	27	-	27	8	35
A ratear (1)	7.777	15.167	22.944	94.263	117.207
Adiantamento a fornecedores	8	-	8	23.382	23.390
Total do imobilizado em curso	7.812	15.316	23.128	145.769	168.897
Intangível					
Licença de uso de software	13	17	30	30	60
Total do intangível	13	17	30	30	60

- (1) Imobilizado em curso - a ratear: são registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não sejam passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, serão rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL. Nesta rubrica, em 31 de dezembro de 2017, encontra-se também contabilizado o montante de R\$ 8.750 (R\$ 2.066 até 31 de dezembro de 2016) referente aos juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures.

7 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante			
			Encargos	Principal	31/12/2017	31/12/2016
1º Emissão de Debêntures BNDES	31/07/2018	Variação 107% da média dias do DI	3.123	100.000	103.123	-
BTG Pactual	25/06/2017	DI + Spread 2,11% a.a	-	-	-	(240)
			3.123	100.000	103.123	31.255

Em 10 de agosto de 2016 a Companhia celebrou junto ao Banco Fator a emissão de 60 notas promissórias com valor unitário de R\$ 500, a serem emitidas em 3º séries de 20 notas, perfazendo um montante de R\$ 30.000 as quais foram objeto de distribuição pública. Sua quitação foi realizada em 08 de agosto de 2017.

Em 24 de julho de 2017 a Companhia realizou a 1ª emissão de 10.000 debêntures com valor unitário de R\$ 10, a serem emitidas em série única, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, perfazendo um montante de R\$ 100.000. O contrato de curto prazo tem encargos da variação de 107% da média de dias dos Depósitos Interfinanceiros - DI. As respectivas debêntures têm como vencimento único, com prazo de 360 dias após a sua emissão. O Itaú Unibanco S. é o banco liquidante da presente emissão e a Companhia tem a Alupar Investimentos S.A como sua garantidora. De acordo com cláusula IV, item 4.19 do Instrumento Particular de Escritura da 1º emissão de Debêntures, não haverá repactuação programada das Debêntures. Este contrato não estabelece condições restritivas.

8 Tributos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2017	31/12/2016
<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>		
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4	-
Programa de Integração Social - PIS	1	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	34	3
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	175	30
PIS/COFINS/CSLL	32	15
FGTS	21	10
Outros	248	341
	<u>515</u>	<u>399</u>

9 Partes relacionadas

Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

	31/12/2017	31/12/2016
<u>Passivo não circulante</u>		
Adiantamento para futuro aumento de capital - Alupar Investimentos S.A	-	12.659
	-	12.659
	-	12.659

A Companhia está em fase pré-operacional e não possui recursos próprios assim depende de recursos por parte da acionista (efetuados a título de adiantamento de futuro aumento de capital) para implantação da PCH Verde 08.

Remuneração da alta administração

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de curto prazo (1)	154	365
Benefícios pós emprego	-	1
Total	154	366
	154	366

- (1) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

10 Patrimônio líquido

Em 31 de julho de 2017, o acionista pessoa física transferiu por cessão à AF Energia S.A. 1 (uma) ação ordinária.

Em 14 de agosto de 2017 a Companhia, através de assembleia geral extraordinária, integralizou o montante que constava na rubrica AFAC de R\$ 60.659, mediante a emissão de 60.659.380 (sessenta milhões, seiscentas e cinquenta e nove mil, trezentas e oitenta) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 19 de dezembro de 2017 a Companhia, através de assembleia geral extraordinária, integralizou o montante que constava na rubrica AFAC de R\$ 17.000, mediante a emissão de 17.000.000 (dezessete milhões) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimento S/A	77.660.379	99,90	999	99,90
Acionista pessoa física	-	-	1	0,10
AF Energia S.A.	1	0,10	-	-
Total das ações	<u>77.660.380</u>	<u>100,00</u>	<u>1.000</u>	<u>100,00</u>

11 Provisões para contingências

A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis os processos classificados como prováveis de perda, e com relação aos processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, são divulgadas em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui processos com classificação possível de perda que sejam relevantes.

- (a) **Perda provável:** a Companhia não figura como parte em demandas com avaliação provável de perda que, individualmente e, na avaliação da administração, sejam consideradas relevantes para os negócios.
- (b) **Perda possível:** Atualmente existem 06 demandas de natureza trabalhista, no valor em risco aproximado em R\$ 12.

12 Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

12.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

12.2 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível III- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No período findo em 31 de dezembro de 2017, não houveram transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia classificou como Nível II os títulos e valores mobiliários e os equivalentes de caixa.

12.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Tendo em vista que a Companhia se encontra em fase de implantação, pode se fazer necessário a captação de recursos junto à acionista Alupar Investimento S.A., a título de adiantamento de futuro aumento de capital, para conclusão da implantação do empreendimento.

Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório da CETIP de 29 de dezembro de 2017, foi extraída a média do indexador D.I. assim definindo-o como cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2017 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2017	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
			3,45%	5,17%	6,89%	8,61%	10,34%	
1º Emissão de debêntures	DI	Variação 107% da média dias do DI	103.123	3.553	5.329	7.105	8.881	10.658

12.4 Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas

A construção do empreendimento, poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, bem como atrasos na entrega materiais e outros. Tais fatos poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso para Companhia.

13 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

14 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia mantém contrato de prestação de serviços, gastos ambientais e fornecimento de materiais para a construção do empreendimento, no valor de R\$ 33.151.

15 Eventos Subsequentes

Em 27 de fevereiro de 2018 a Companhia recebeu de sua controladora, Alupar Investimentos S.A., a importância de R\$ 3.000 a título de adiantamento para futuro aumento de capital.

* * *

Patrícia Nalini Savio Ferreira
 Contadora CRC 1SP237063/O-2